



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

GILMARA DA COSTA FERREIRA

RELATÓRIO

***ELAS NA POLÍTICA: UM PODCAST SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA
MULHERES***

JOÃO PESSOA

2023

GILMARA DA COSTA FERREIRA

RELATÓRIO

ELAS NA POLÍTICA: UM PODCAST SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES

Relatório do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial necessário à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Raquew Azevedo

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383e Ferreira, Gilmara da Costa.
Elas na política: um podcast sobre violência política contra mulheres / Gilmara da Costa Ferreira. - João Pessoa, 2023.
37 f. : il.

Orientação: Sandra Raquew Azevedo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo - TCC. 2. Podcast. 3. Mulher - Política. 4. Violência. I. Azevedo, Sandra Raquew. II. Título.

UFPB/CCTA CDU 070(043.2)

DEDICATÓRIA

À toda mulher politicamente ativa, de força, luta e coragem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

ATA DE APROVAÇÃO

Este trabalho foi submetido à avaliação da Banca Examinadora composta pelas professoras abaixo relacionados, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba.

Aluno(a): Gilmara da Costa Ferreira

Título do trabalho: **Elas na Política: um podcast sobre cobertura jornalística e combate à violência política de gênero**

Aprovado em 12, junho de 2023, com média 10,0

BANCA EXAMINADORA

Professor(a) orientador(a): Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

Universidade Federal da Paraíba

Departamento de Jornalismo

Assinatura: Sandra Raquew dos Santos Azevêdo

Professor(a) examinador(a): Dra. Marluce Pereira da Silva

Universidade Federal da Paraíba

Departamento de Jornalismo

Assinatura: Marluce Pereira da Silva

Professor(a) examinador(a): Profa. Dra. Patrícia Monteiro Cruz Mendes

Universidade Federal da Paraíba

Assinatura: Patrícia Monteiro Cruz Mendes

AGRADECIMENTOS

Ao Deus em que acredito por tudo que me concedeu todos os anos de vida. Que em sua infinita bondade me proporcionou dois ofícios, o de Historiadora e agora, o de Jornalista.

Agradeço a minha mãe, Maria Elizabete da Costa Ferreira, por tudo que lutou para garantir que eu conseguisse chegar onde cheguei. Por sua coragem que sempre me motivou, por sua força que sempre me alcançou. Obrigada por ser meu maior amparo, abraço e amor.

Ao meu pai, José Gilmar de Oliveira Ferreira, que em vida, acreditou na minha capacidade de conhecimento e inteligência. Por ter sido aquele que me apresentou ao universo das gravações, edições, filmagens. Espero que ai do céu, o senhor esteja feliz com mais essa conquista minha, painho.

Gratidão a minha irmã, Gilverlânia da Costa Ferreira, pelo companheirismo constante, pelo cuidado, por ter assumido financeiramente o início do meu curso, arcando com todas as despesas. Por nunca ter me deixado desistir dos meus sonhos e ter sonhado eles junto comigo.

À minha orientadora, Profa Sandra Raquew Azevedo, por toda paciência e generosidade ao compartilhar conhecimento comigo na construção deste trabalho.

Aos amigos que me apoiaram, incentivaram e colaboraram com meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

RESUMO

O presente relatório de Trabalho de Conclusão de Curso é decorrente do Podcast “Elas na Política”, que teve como embasamentos teóricos os conceitos de rádio expandido, podcast e violência política de gênero. O produto desenvolvido tem como objetivo principal debater as vivências e percepções, cobertura e enfrentamento a violência política na Paraíba, além de prestar serviço à sociedade através da função social do jornalismo. Por fim, o trabalho resultou em um podcast, com formato de mesa redonda, por meio de dois episódios com um pouco mais de 30 minutos. Cada episódio teve o tema discutido por profissionais e pessoas cuja vivência estava relacionada ao assunto abordado. Todo material foi hospedado no Anchor e está disponível no Spotify através do link: <https://open.spotify.com/show/0H6zDKnWWHOKyM8bg2cRQB?si=HDVy0ybeSReNpesusFcCJA>.

Palavras-chave: podcast; política; violência; mulher; jornalismo.

ABSTRACT

This Course Completion Work report is a result of the Podcast “Elas na Política”, which had as theoretical foundations the concepts of expanded radio, podcast and gender political violence. The main objective of the developed product is to discuss experiences and perceptions, coverage and confrontation of political violence in Paraíba, in addition to providing services to society through the social function of journalism. Finally, the work resulted in a podcast, with a round table format, through two episodes with a little over 30 minutes. Each episode had the theme discussed by professionals and people whose experience was related to the subject addressed. All material was hosted on Anchor and is available on Spotify through the link: <https://open.spotify.com/show/0H6zDKnWWHOKyM8bg2cRQB?si=HDVy0ybeSReNpesusFcCJA>.

Keywords: podcast; policy; violence; woman; journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Conversa via WhastApp com Sandra Marrocos	21
Figura 2- Conversa via WhastApp com a Dra Adriana Rodrigues.....	21
Figura 3- Conversa via WhastApp com Rejane Negreiros	22
Figura 4- Conversa via WhastApp com Laerte Cerqueira.....	22
Figura 5- Conversa via WhatsApp com Samira de Castro	23
Figura 6 - Identidade visual do podcast Elas na Política.....	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 RÁDIO EXPANDIDO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	11
2.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO.....	13
3 RELATÓRIO DE PRODUÇÃO.....	17
3.1 PRÉ-PRODUÇÃO	18
3.2 PRODUÇÃO.....	19
3.3 PÓS-PRODUÇÃO	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	27
APÊNDICE A – PROPOSTA DE PODCAST	28
APÊNDICE B – PRÉ-PAUTA.....	29
APÊNDICE C – SCRIPTS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O rádio, enquanto veículo de comunicação em massa, precisou passar durante esses 100 anos de existência por muitas mudanças estruturais e de conteúdo para se adequar e conseguir sobreviver as transformações da sociedade. Isso fez com que surgisse uma nova formatação, agora em evidência, para os profissionais do jornalismo, já que o avanço tecnológico condicionou também uma nova maneira de se transmitir a informação.

Surgem nesse processo novas linguagens, mais rapidez, facilidades, elementos que aproximam a notícia do seu público alvo. A possibilidade de interação através de outras plataformas, o compartilhamento e cruzamento de dados, trouxeram para o fazer jornalístico o multifuncionalismo. Para sobreviver a essa nova era da comunicação, o jornalista passa a ser produtor de conteúdos audiovisuais, utilizando-se de imagens, sons, textos e vídeos.

O crescimento das redes sociais fez com que se tornassem necessários espaços de maior intimidade e aprofundamento de debates sobre temas de diferentes nichos. Dessa forma, também surge um jornalismo personalizado que encontra no podcast, ambiente seguro e grande extensão para uma abordagem íntima e diferente de se contar histórias.

Por ser uma mídia sonora que inicialmente era feita com menos recursos, e por ter a internet como principal meio de propagação, o podcast se tornou uma plataforma que concentra desde temas como séries, filmes, HQ's, como também uma extensão do jornalismo tradicional. Atualmente, os principais jornais e emissoras do país, tem um podcast onde de forma completa ou resumida, informam os assuntos do dia.

A Associação Brasileira de Podcasts (Abpod) em pesquisa realizada em 2019¹, aponta que se tratando de interesses e preferências, assuntos como Cultura Pop e Política cresceram 13,1%, em números absolutos de respostas e a categoria Feminismo foi destaque com 699 respostas. A pesquisa ainda mostra que a média de

¹ Disponível em: <http://abpod.org/wp-content/uploads/2020/03/Podpesquisa-ouvintes-2019.pdf>. Acesso em 05 mar. 2023

idade do ouvinte de poscast é de 28 anos e que atualmente no Brasil, até 34,6 milhões de pessoas consomem conteúdo através da plataforma.

A pesquisa também traz uma lista dos podcasts mais assistidos, cada um deles com um formato diferente que vai desde a interação com o público, abordagens de histórias, mesas redondas, até o mais jornalístico onde são apresentados temas políticos a serem debatidos entre os convidados. Com base nesse último formato, foi pensado o podcast *Elas na Política*, com o intuito de refletir sobre o cenário político atual, informar sobre a violência política de gênero e analisar a cobertura dos casos cometidos contra mulheres na paraíba, assim como apresentar os mecanismos jurídicos que visão combater esse tipo de violência.

O formato de mesa-redonda caracteriza-se por considerar a opinião dos convidados ou participantes. Em seu livro, “Rádio: teoria e prática”, Luiz Artur Ferraretto, apresenta para mesa-redonda dois tipos: Painel e Debate. No Painel, cada integrante da mesa expõe suas opiniões, que vão complementando. Mesmo que haja divergência de posicionamentos, o objetivo principal é fornecer um quadro completo a respeito do assunto focado. E no Debate, a produção do programa busca pessoas com pontos vista conflitantes, colocando-as frente a frente, objetivando proporcionar confronto de opiniões.

Para o *Elas na Política*, a tipo “Painel” é o que mais se encaixa na ideia geral do podcast, já que foram apreciadas as opiniões e vivências individuais de cada convidado.

2 RÁDIO EXPANDIDO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Desde o início de sua história, datada em 6 de abril de 1919, no estado de Pernambuco, o rádio se tornou um meio de comunicação capaz de sensações através do ouvir. Responsável por levar informação e entretenimento para os lugares mais remotos do Brasil, o rádio se tornou um dos veículos de comunicação mais importantes para a nossa história, e principalmente para o processo comunicacional brasileiro. Talvez por isso, mesmo depois de tantas transformações e mudanças, principalmente tecnológicas, ele ainda permaneça vivo, levando notícias diárias para a população.

Para o antropólogo e educador, Edgard Roquette-Pinto, considerado pai da radiodifusão brasileira, a função do rádio era a de educar, ser a escola para aqueles que não tinham escola. Com o passar dos anos, foram aprimorados os profissionais, a implantação e até os mecanismos de interação com o público, a partir daí o rádio ganha novas proporções e mais espaços. A migração na frequência de transmissão AM (Amplitude Modulada) para FM (Frequência Modulada), também foi uma mudança significativa para o avanço do rádio no país.

Era através do rádio que as pessoas ouviam as radionovelas, músicas e noticiais, e isso fez com que o mesmo estivesse presente na memória afetiva das pessoas, o que pode explicar o fato de até hoje muitos ainda serem ouvintes fiéis.

Com a chegada da internet, muitos especialistas acabaram prevendo o fim do rádio. Se tratava de um ambiente onde o conceito apenas sonoro não mostrava tanta eficiência, porém, as mudanças trazidas pela internet, proporcionaram um novo vigor para o rádio. O rádio se reinventou, criou novos formatos, se adaptou à nova realidade, e assim tornou-se possível abordar assuntos antes não tratados nas pautas factuais.

“O rádio seguiu essas mudanças impostas pelo surgimento das tecnologias e novas ferramentas de interação. Já acostumando com as mudanças de hábitos da sociedade cada vez que novas mídias surgiam, o rádio aprendeu a adequar-se e adaptar-se às novas realidades tecnológicas, por isso, sempre se apresentou forte diante dos desafios impostos pelas novidades tecnológicas e se manteve de pé sempre que duvidavam da sua permanência e prediziam o seu desaparecimento.” (SANTOS; ALBANO, 2016, p. 2)

O rádio deixou de ser apenas um instrumento reproduzidor de ondas sonoras para uma mídia complexa e com muitas possibilidades. De acordo com Marcelo Kischinhevsky (2012), circunscrever o rádio às ondas eletromagnéticas é dar a ele um papel secundário se formos observar o crescimento da internet comercial e da convergência das mídias. Nesse sentido ele conceitua rádio expandido como um meio de comunicação que extrapola as vias naturais e começa a abranger outras plataformas, dando para escutar os conteúdos radiofônicos de múltiplas formas, como Tv por assinatura, em serviços digitais abertos ou por assinatura e via internet.

É preciso entender que a mudança na comunicação foi resultado também de uma mudança na sociedade que, através das transformações possibilitou também a oportunidade de expandir a transmissão. Com isso, as ondas Hertzianas ficaram pequenas se comparadas ao alcance que a internet consegue alcançar. Ao mesmo tempo, a cobrança dos ouvintes por produtos que englobam diversas ferramentas em um mesmo lugar aumentou.

“Na rádio, a Internet começou por ser utilizada essencialmente como ferramenta de trabalho. A partir da sua produção para as ondas hertzianas, muitas estações começaram a disponibilizar os seus conteúdos na Internet em websites próprios sem aumentarem nada ao formato inicial. Posteriormente, as estações começaram a produzir conteúdos específicos para a Internet, e surgiram projectos a operar exclusivamente neste novo meio de comunicação, sendo este o estágio que se desenvolve na actualidade.” (CORDEIRO, 2004, p. 2)

É nesse cenário que surge o podcast, plataforma com um público bastante segmentado e onde é possível falar de temas bastante específicos. A partir dessa nova tendência, observa-se o crescimento de um jornalismo personalizado e íntimo, que foca na individualidade da pessoa. É notório o crescente consumo desse tipo de conteúdo e com ele a necessidade de produzir produtos que possam abarcar toda essa realidade. Podemos dizer que a enorme capacidade de disseminação dos podcasts se dá devido aos assuntos diversificados, atemporais e a linguagem dinâmica com a qual é possível criar e que se tornaram características desse tipo de mídia.

Devemos observar o podcast não como uma alternativa do rádio de antena, mas como “sua forma renovada”, que segue novos modelos de negócio e mercados

em mutação, Tiziano Bonini (2015, p. 23). E essa “renovação” abre espaço, também, para esse novo jornalismo que valoriza narrativas voltadas ao “eu”, fascinado por experiências pessoais e da vida real. Não é à toa que esse tipo de jornalismo tem crescido e ganhado adeptos. Muitos jornalistas estão se especializando na área, inovando e aperfeiçoando ferramentas que possibilitem explorar sentidos e emoções a partir de uma estrutura diferente da convencional.

“A contação de histórias do rádio e dos podcasts está perfeitamente posicionada para explorar experiências pessoais vividas. Diferentemente de histórias produzidas para as telas, em que emoções são representadas de forma visual, histórias em áudio (prontamente disponíveis em smartphones) exploram nossas vidas por meio de sons e da palavra falada, sussurradas intimamente em nossos ouvidos. O espaço personalizado de escuta criado por fones de ouvido acomoda ainda mais o vínculo criado entre as vozes na história e o ouvinte.” (LINDGREN, 2020, p. 114)

Dessa forma, compreendemos que o crescimento do jornalismo pessoal e subjetivo pode ser ilustrado, em parte, pelo fato de os jornalistas utilizarem a contação de história para desenvolvimento do seu próprio jornalismo. Isso, além de modificar a forma como trabalhamos, também permite ao profissional uma autonomia tanto na produção de conteúdo, como na inserção mercadológica.

É no podcast que visualizamos o poder das emoções do jornalismo, já que através dele, é possível construir conexões de empatia entre a audiência e as pessoas na história. Por isso, escolhemos o podcast para debater um assunto tão sensível como o da violência política de gênero e produzimos o *Elas na Política*.

2.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

O processo de exclusão, negação e silenciamento dos direitos das mulheres fez com que, ao longo da história, a desigualdade de gênero se tornasse cada vez mais perceptível na sociedade. A diferença nos papéis sociais e nas atribuições em esferas públicas e privadas sempre dividiram as ocupações entre homens e mulheres. Ao homem coube a elaboração das leis, à mulher, o cumprimento delas.

A representatividade feminina em espaços públicos nunca apresentou, durante toda a história, satisfatória expressividade se comparada a ocupação masculina nos

mesmos locais, isso por que a construção social das mulheres sempre partiu da premissa da submissão, da servidão e do esquecimento. A elas era negado o direito de aprender sobre economia, política, logística, diplomacia, ciências ou qualquer outra temática do âmbito da gestão, da administração, da produção. Foi vedada às mulheres a capacidade de debater, analisar e aperfeiçoar a sociedade, o que impossibilitou as mulheres de ocuparem locais de poder e a política é um deles.

Outro fator que vem sendo considerado nas discussões acerca da baixa participação feminina na política, tendo em vista que os dados recentes do TSE também mostram que houve uma desaceleração no crescimento das candidaturas femininas para as eleições deste ano, é a violência política de gênero. Nós sabemos que nascer mulher em um país como o Brasil, torna necessário o entendimento de que você vai precisar lutar por toda a vida, contra uma estrutura patriarcal e machista que, diminui, diferencia e limita a atuação das mulheres em todas as esferas, sejam elas sociais ou econômicas.

No âmbito político muitos são os casos noticiados pela mídia que escancaram a discriminação, a misoginia e o machismo cometido contra as mulheres que lutam para ocupar espaços no parlamento brasileiro.

Entende-se como violência política contra as mulheres, ações ou omissões manifestadas de forma direta ou indireta, que visem ou causem danos ou sofrimento a uma ou mais mulheres com o propósito de anular, impedir, depreciar ou dificultar o gozo e o exercício dos seus direitos políticos, pelo simples fato de ser mulher. No conceito, deve-se entender a mulher como gênero e não como sexo biológico, incluindo as transgênero. Também como não se deve excluir nenhuma raça, etnia, ou outro fator que seja limitador da proteção.

No Brasil, somente a partir de 1879 as mulheres tiveram direito as universidades e em 1932 o voto foi autorizado para as brasileiras. Hoje somos maioria no eleitorado do país, porém, ocupamos apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado. Dados do TSE² mostram que entre 2016 e 2022, o Brasil teve, em média, 52% do eleitorado constituído por mulheres, 33% de

² Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em 10 abr. 2023

candidaturas femininas e 15% de eleitas. Nas Eleições Gerais do ano passado, apenas 18% dos candidatos eleitos para o Poder Legislativo são mulheres.

Por isso a necessidade de discutir como o gênero possibilita o estudo e análise dos meios de comunicação e da própria mídia. A partir do grande tema “Jornalismo e Gênero”, será possível pensar as atribuições do jornalista, como são construídas as narrativas, o modo que é feito a cobertura, os principais erros cometidos, a forma como mulheres vítimas de violência política de gênero se sentem retratadas nessas abordagens.

A violência cometida contra as mulheres se apresenta de diversas formas. E em todas elas, o mais difícil é identifica-la. Para muitas vítimas, comentários, olhares, “brincadeiras”, atitudes menos invasivas, não são violência. Sendo assim, o trabalho ganha também um caráter educativo, visando fornecer conhecimento, informação e principalmente despertar a reflexão sobre a contribuição do jornalismo na luta contra a violência de gênero.

A ex-vereadora Sandra Marrocos, recentemente, passou por um caso que considerou ser de violência política de gênero. Sandra, exerceu até início de Abril deste ano (2023) o comando do Diretório Municipal do PSB de João Pessoa, mas foi destituída do cargo pelo partido sem que houvesse diálogo prévio ou acordo oficial acerca da mudança. Com a saída de Sandra Marrocos da presidência, o Diretório assumiu formato majoritariamente masculino. O caso da ex-parlamentar é apenas mais um dos vários que acontecem comumente e que sequer são citados pela mídia, na grande maioria das vezes.

Mas, quando ganham visibilidade, que tipo de abordagem é feita? Há diferença entre a linha editorial dada pelos veículos de comunicação? A forma como jornalistas homens tratam esse tipo de notícia se diferencia da maneira com a qual é dada por jornalistas mulheres? E o que pensam esses profissionais? Essas são algumas das dúvidas que este trabalho pretende responder a partir de entrevistas com atores envolvidos nos contextos citados.

O aspecto jurídico é outro ponto que urge diante do debate e das reflexões propostas. Até o ano de 2021 o Brasil não contava com leis ou instrumentos que atuassem no combate a este tipo de violência. Uma realidade que mudou em agosto

do ano passado, quando foi aprovada a lei de enfrentamento a violência política de gênero, considerada pelas mulheres que atuam na política como um grande avanço. Por isso é necessário também entender como a lei pode enquadrar e punir aqueles que depreciam a imagem e o trabalho dessas mulheres, assim como os mecanismos de defesa que podem ser utilizados a favor delas.

Perceber os nuances, as percepções, as vivências e os mecanismos disponíveis atualmente na legislação brasileira para punir esse tipo de violência é uma das principais motivações deste trabalho. Bem como saber de que jeito os profissionais da imprensa enxergam a existência de abusos e da agressividade com a qual muitas mulheres são tratadas na política, e como eles podem atuar no combate a essas transgressões. Também ouvir os relatos, memórias e o que pensam as parlamentares paraibanas sobre essas violências.

Por fim, a necessidade de trazer à tona conhecimento sobre as ferramentas de enfrentamento, voltando o olhar para a lei 14.192, aprovada em agosto de 2021, pelo Congresso Nacional, que estabelece formas para prevenir, reprimir e combater a violência política de gênero no Brasil.

3 RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

O Podcast “Elas na Política” foi desenvolvido como uma opção de mídia para aprofundar o debate acerca da violência política de gênero, tornando visível a experiência de mulheres que participam ativamente do processo político. Por ser uma, entre tantas temáticas que envolvem o critério de gênero, entendemos que é preciso proporcionar espaços midiáticos para informar e circunstanciar a discriminação, o silenciamento, a falta de apoio que muitas parlamentares e candidatas sofrem antes, durante e após o período eleitoral.

“Mulher e Política” sempre foram temas que me interessaram, tanto na vida pessoal quanto no aspecto profissional. Ao iniciar minha trajetória como jornalista, tive a oportunidade de trabalhar com a cobertura política, entrevistando candidatos, parlamentares, secretários, prefeitos, ministros, governadores, e de uma forma especial, ouvindo as mulheres que também ocupavam esses espaços. Por isso, ao pensar em um produto para a conclusão de curso, me senti na obrigação de aproveitar o momento para contribuir com um debate que acredito ser dos mais pertinentes para a atuação política das mulheres, falar sobre uma ferida que está enraizada em nossa sociedade, o machismo estrutural, numa perspectiva eleitoral, partidária e política.

Viabilizar os discursos de mulheres que já vivenciaram na pele a violência política de gênero, não é o único fim para o qual este produto se destina, mas também entender como este tipo de violência é sentida, descrita, compreendida e abordada nos meios de comunicação. Além de evidenciar dados, ferramentas e o que já vem sendo feito no âmbito jurídico para diminuir a quantidade e a frequência ela acontece.

O propósito maior é possibilitar o acesso à informação, por meio de especialistas da área eleitoral e jornalística, somados a vivência de mulheres que tenham proximidade com o tema e por isso, foi estruturado com o objetivo de usar os conhecimentos jornalísticos para produzir um material informativo que cumpra a finalidade de servir à sociedade com um conteúdo, focado na realidade, leve e dotado de conhecimento científico.

Iremos detalhar todo o processo de produção do Podcast “Elas na Política”. Refletiremos sobre a pré-produção, desde a escolha do tema, com as primeiras ideias

e expectativas para o produto; a produção, com as gravações e a pós-produção que culminou no resultado final desse trabalho de conclusão de curso.

3.1 PRÉ-PRODUÇÃO

A princípio a ideia do TCC era abordar a atuação de mulheres jornalistas na cobertura política da Paraíba, mas, após algumas pesquisas e em conversas com a minha orientadora, percebemos que precisávamos de uma abordagem mais focada na maneira como a cobertura jornalística abordava determinados assuntos, principalmente os voltados as questões de gênero. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que casos de violência política de gênero se evidenciavam, refletimos sobre a importância de entender como os jornalistas (homens e mulheres) entendiam o fenômeno; o que faltava, se havia uma compreensão acerca do tema e o que dizia a cobertura local.

A definição do tema macro para o projeto, me levou a uma pesquisa sobre que já sabíamos sobre a violência política de gênero, chegando a três pontos que considerei balizadores para o trabalho: a aplicação da Lei 14.192 e os avanços na legislação, o entendimento e preparo dos jornalísticas para cobrir casos e denúncias e a narrativa de mulheres vítimas. Outra preocupação foi a forma como iria apresentar esse conteúdo. Qual formato me permitiria conversar com especialistas, ouvir personagens, utilizar uma linguagem acessível e ao mesmo tempo abordar o assunto de maneira leve e informativa? Foi quando decidir por fazer uma espécie de roda de conversa, em um podcast.

Seriam então três episódios, seguindo a seguinte ordem: o primeiro com histórias de mulheres que sofrem a violência política de gênero; o segundo trazendo o olhar da imprensa sobre o fenômeno; e o terceiro, apresentando o entendimento jurídico e um balanço da aplicação da lei.

Depois dos temas dos episódios selecionados, foi o momento de pensar na estrutura e nos convidados. Primeiramente, foi pensado em conjunto com a orientadora que cada episódio teria entre 20 e 30 minutos e, em média, dois convidados.

Como convidadas para do primeiro episódio pensamos na deputada estadual Camila Toscano, que, quando definimos, havia recentemente sofrido violência política de gênero; e Sandra Marrocos, que na época era presidente municipal do PSB de João Pessoa. Os jornalistas escolhidos para o segundo episódio foram Rejane Negreiros e Laerte Cerqueira, ambos colunistas e com longa experiência na cobertura política da Paraíba; Rejane pela postura, pela admiração de seu trabalho enquanto mulher jornalista e Laerte Cerqueira por entendermos que também se fazia necessário o olhar de um homem sobre o assunto. E por fim, o terceiro episódio conversaria com a procuradora da República e vice-presidente do Grupo de Trabalho Violência Política de Gênero do Ministério Público, Nathália Mariel e a advogada eleitoral, Larissa Bonates.

Pensando em como iria me reunir com os convidados, levando em conta a possibilidade de atrito na agenda, imprevistos e até mesmo condição de mobilidade, optei por fazer as gravações através do Google Meet, a plataforma também me permitiria conversar com os dois convidados, simultaneamente, tornando o diálogo mais solto e dinâmico.

3.2 PRODUÇÃO

O primeiro passo para a produção do podcast foi elaborar os roteiros, pré-pautas e scripts. Após isso, a marcação das entrevistas com os dois convidados de cada episódio. Eu havia me programado para gravar um episódio por semana, editar cada gravação durante o final de semana, nesse processo, teria os três episódios prontos ao longo de três semanas, porém, talvez uma das maiores dificuldades durante a produção foi justamente conseguir juntar os convidados no mesmo dia e horário.

Após algumas tentativas frustradas e sem sucesso, já que os convidados não podiam em nenhum dos dias e horários sugeridos, precisei fazer algumas alterações. A primeira delas, trocar a ideia de gravar via Google Meet, por enviar as perguntas elaboradas no WhatsApp para que os convidados respondessem cada uma delas, via áudio. O maior receio era que os cortes, início e final de cada resposta enviada, anulasse a dinamicidade esperada nos diálogos. A única recomendação feita para

cada convidado era de que usassem fones de ouvidos para gravarem suas respostas, dessa forma, asseguraríamos a qualidade no áudio enviado.

Outro ponto que exigiu ajustes foi em relação às fontes. A incompatibilidade de agendas se agravou para ausência de respostas. A exemplo das duas convidadas previstas para o primeiro episódio, apenas Sandra Marrocos respondia meus contatos, a deputada Camila Toscano parou de me dá retorno, o que me levou a fazer sua substituição.

O mesmo aconteceu com as convidadas do terceiro episódio, o que fez reformular a proposta de ter três episódios. Como eu precisava agilizar a edição e montagem do podcast e já havia perdido muito tempo, resolvi compilar a ideia do primeiro e terceiro episódio, em apenas um, o qual intitulei “*Violência política na pele e os avanços com a Lei 14.192*”. Nele, juntei as falas da ex-vereadora Sandra Marrocos (FIGURA 01), com que foi explicado pela Dra. Adriana Rodrigues (FIGURA 02), advogada eleitoral e ex-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PB, que prontamente aceitou o convite para participar do projeto.

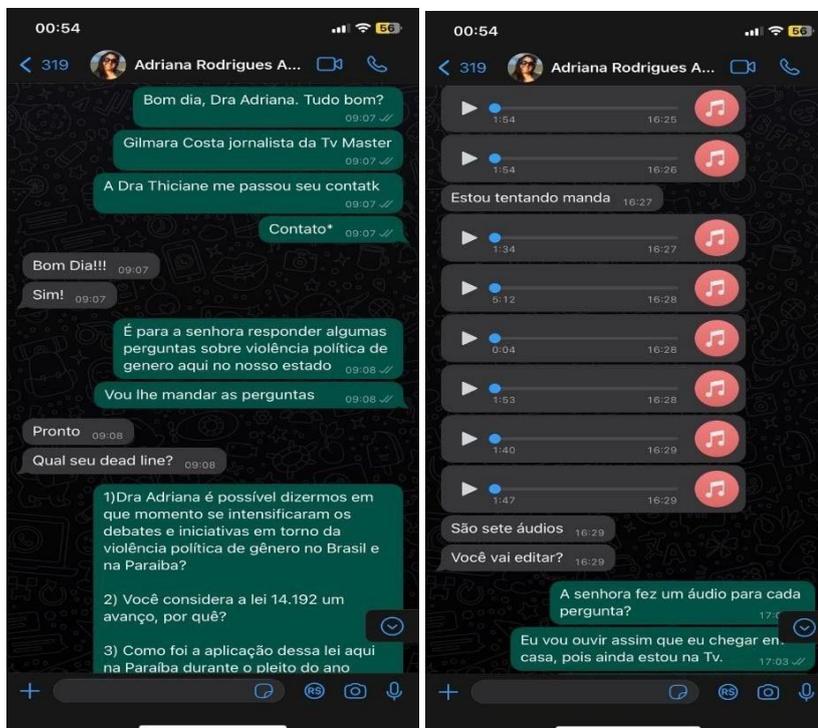
Também foram feitas alterações no segundo e último episódio, cujo o título “*Sob o olhar da imprensa*”. Além de termos a participação de dois jornalistas atuantes na cobertura política do estado, Rejane Negreiros (FIGURA 03) e Laerte Cerqueira (FIGURA 04), como sugestão da minha orientadora, convidei a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Samira de Castro (FIGURA 05), para que fosse colocada a perspectiva do coletivo de jornalistas e como a federação observa a preparação dos profissionais para lidarem com temas como o da violência política de gênero.

Figura 1- Conversa via WhastApp com Sandra Marrocos



Fonte: arquivos da autora

Figura 2- Conversa via WhastApp com a Dra Adriana Rodrigues



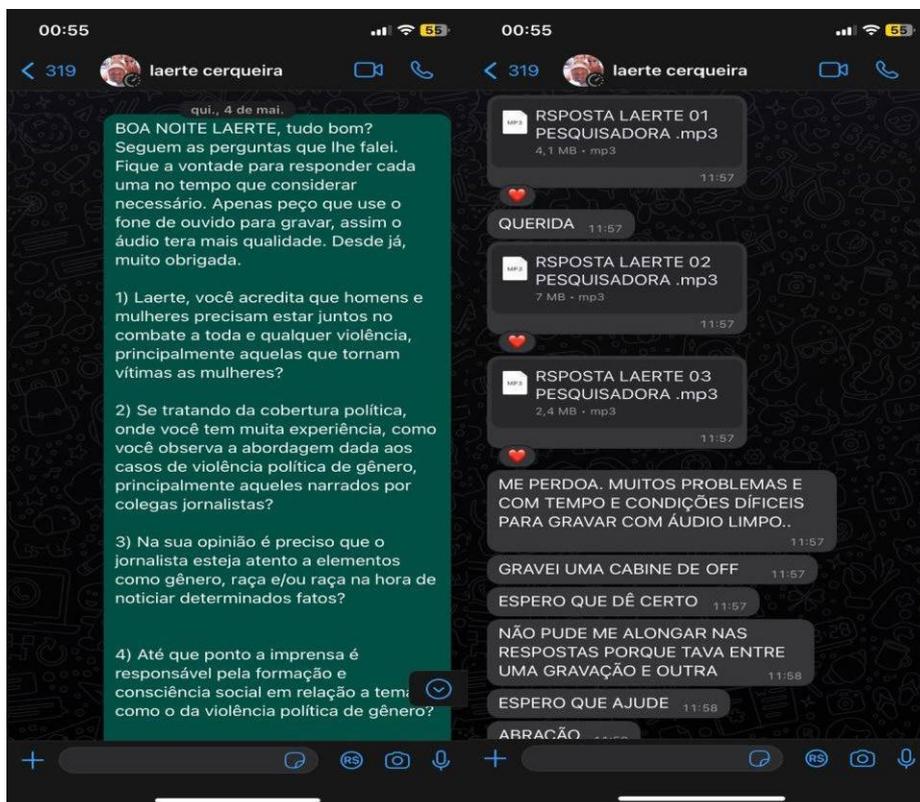
Fonte: arquivos da autora

Figura 3- Conversa via WhastApp com Rejane Negreiros



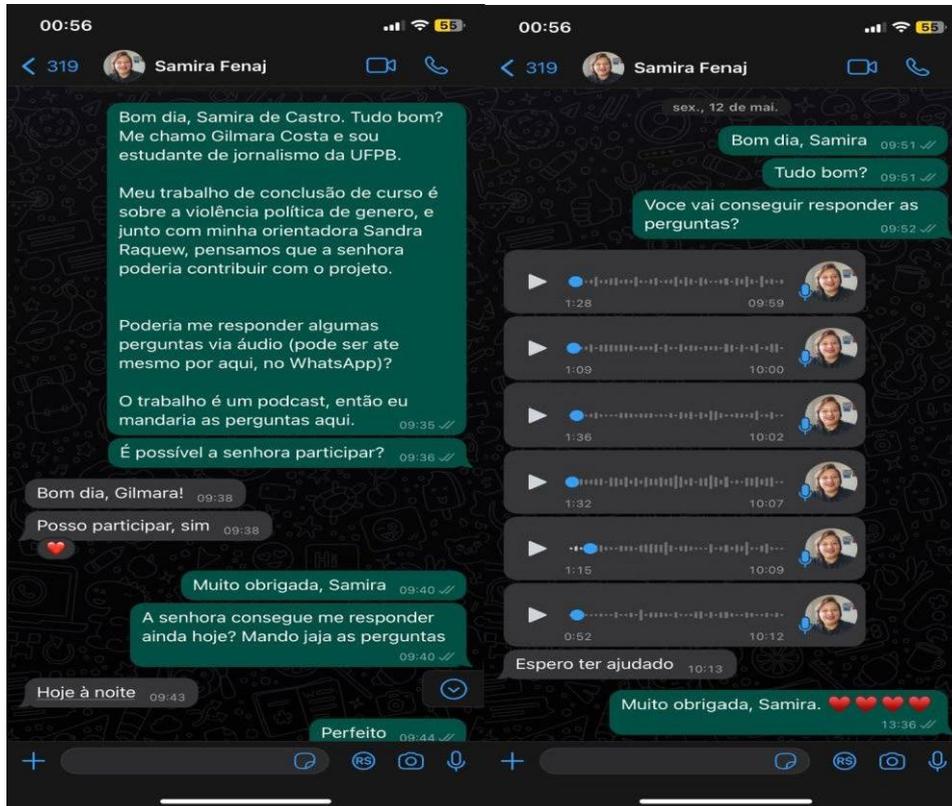
Fonte: arquivos da autora

Figura 4- Conversa via WhastApp com Laerte Cerqueira



Fonte: arquivos da autora

Figura 5- Conversa via WhatsApp com Samira de Castro



Fonte: arquivos da autora

3.3 PÓS-PRODUÇÃO

Durante o curso de jornalismo, a disciplina de radiojornalismo foi um das que eu mais me identifiquei. Ao produzir, apresentar, e fazer algumas matérias para o produto Espaço Experimental, eu acabei me arriscando também na edição de áudio, isso me fez pensar em editar eu mesma os episódios do “Elas na Política”, porém, devido a vida agitada, as demandas profissionais e os prazos para entrega do TCC, preferi destinar essa tarefa para alguém mais experiente na área e que somar ao meu trabalho.

Após algumas conversas e indicações, convidei o estudante de jornalismo, Thiago Felix, para fazer a edição dos episódios. A minha maior preocupação em relação a edição, era ligar os meus áudios aos dos convidados, de uma forma que, no

final, pudéssemos ter um tom de conversa, algo solto e dinâmico. Com ajuda do Thiago, e com um roteiro onde eu detalhava o início e fim das falas de cada personagem, conseguimos trazer para o podcast o formato de mesa redonda, o que foi um grande alívio.

Outra ideia que eu tinha em mente e que para mim, daria todo o significado ao produto, era a vinheta. Pensei em trazer falas de mulheres militando em espaços políticos, um pouco do retrato real da vivência delas na vida política. E assim fizemos, conseguimos chegar a uma vinheta que representa a força dessas mulheres e simboliza a resistência de todas elas.

A criação da vinheta foi imprescindível para a elaboração da identidade visual do podcast. Criamos uma imagem (FIGURA 06) que conseguiu reunir e representar a força, a luta, a resistência e ao mesmo tempo, a voz das mulheres que sofreram e, infelizmente, ainda sofrem a violência política de gênero.

Figura 6 - Identidade visual do podcast Elas na Política



Fonte: arquivos da autora

Tivemos a atenção também voltada na qualidade dos áudios, o cuidado para que estivessem equalizados e não parecessem que foram gravados em locais diferentes. Os áudios da advogada Adriana Rodrigues do primeiro episódio foram os que mais precisaram ser tratados, pois continham muito eco, os demais estavam adequados para a edição. É importante citar que os offs da apresentação e

interlocução foram gravados através do celular, com o fone de ouvido, para que fosse mantida a boa condição dos áudios.

As pré-pautas, os scripts, e o roteiro que fiz a partir de um modelo que o colaborador na edição apresentou, ajudaram muito na edição. Com o primeiro episódio finalizado, me reuni com o Thiago via Google Meet, no sábado, dia 21, pela manhã, apenas para alguns ajustes e considerações. O segundo episódio ficou pronto em seguida, ambos com a mesma vinheta. A proposta inicial do projeto previa de 20 a 30 minutos para cada episódio, porém, por a série do podcast ter ficado com um episódio a menos, resolvemos deixá-los com um pouco mais de tempo.

Depois de concluir as edições, foi a hora de finalizar também o relatório e buscar uma plataforma de hospedagem gratuita. Escolhi o site Anchor, outra ferramenta que me foi apresentada na disciplina de radiojornalismo, que distribui de maneira rápida e fácil o conteúdo produzido para plataformas como o Spotify e Deezer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório teve como objetivo mostrar todo o processo de execução do Podcast “Elas na Política”; as dúvidas, preocupações, contratemplos, maneira como foi editado, pesquisas, estudos, tudo o que passamos para chegar ao resultado final.

Produzir um produto jornalístico é pensar para além da informação, é entender que existe um papel social que precisa ser mantido e assumido com responsabilidade. Considero que o nosso maior feito com esse trabalho, foi proporcionar um meio seguro para que jornalistas, juristas e mulheres vítimas da violência política de gênero, pudessem expor seu ponto de vista, alertar sobre diferentes realidades, apresentar dados, e assim contribuir para o combate a este tipo de violência.

Em geral, não senti muitas limitações durante o processo de produção, porém, considero que poderíamos ter tido mais variedades de convidados, principalmente, mulheres que pudessem contribuir com suas histórias e exemplificar a violência política de gênero em diferentes realidades. As principais dificuldades foram em relação a estrutura necessária, como um estúdio e equipamentos adequados para as gravações.

Acredito que o “Elas na Política”, em sua essência, assume um caráter inovador, já que não foram encontrados podcasts com formato e conteúdo semelhante. Com ele será possível transformar o que consideramos ser um entendimento superficial dos jornalistas quanto ao tema da violência política de gênero, fazendo com que esses profissionais possam olhar de forma mais atenta e aprofundada para os casos, que eles possam propor pautas que conversem com assunto, que priorizem essas notícias, que entrevistem especialistas, que aprendam, mas que principalmente, levem esse conteúdo para os leitores, ouvintes, internautas e/ou telespectadores.

Este podcast é a expressão mais próxima do jornalismo em que acredito. Foi pensado também como um símbolo de luta e respeito a todas as mulheres vítimas de violência. Uma ferramenta a mais para aquelas que ainda precisam explicar e exemplificar suas causas, defesas e convicções.

REFERÊNCIAS

- KISCHINHEVSKY, Marcelo. Radio social – Uma proposta de categorização das modalidades radiofônicas. *In*: BIANCO, Nélia R. Del. **O Rádio Brasileiro na Era da Convergência**. São Paulo: Coleção GPS, 2012. p. 38-67. E-books.
- JUNIOR, Alvaro Bufarah. Podcast e as novas possibilidades de monetização na radiodifusão. **Radiofonias–Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 2020.
- SARMENTO, Rayza. **Mídia, Gênero e Política**: breve mapeamento de horizontes analíticos. Trabalho apresentado 5ª edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, sociedade e Cultura, Paraná, 2013.
- LINDGREN, Mia. Jornalismo narrativo pessoal e podcasting. **Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana, MG, v. 11, n. 1, p. 112-136, mar. 2020.
- FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio**: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014.
- BUITONI, D. **Imprensa feminina**. São Paulo: Àtica, 1990.
- _____. **Gênero e política no jornalismo brasileiro**. Trabalho apresentado no GT “Comunicação e Política” do XVII Encontro da Compós, São Paulo, jun. 2008.
- BARRETO, Emanuel. **Jornalismo e política**: a construção do poder. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 3, n.1, 2006.
- CORDEIRO, Paula. Rádio e Internet: novas perspectivas para um velho meio. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE COMUNICAÇÃO NA COVILHÃ, 2., 2004, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, 2004. v. 1, p. 1-8
- SANTOS, Emanuel Leonardo dos; ALBANO, Sebastião Guilherme. O rádio online: o novo modelo de radiofonia criado a partir da convergência com a internet. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016. v. 1, p. 1-14.

APÊNDICE A - PROPOSTA DE PODCAST

ASSUNTO: Violência Política de Gênero
NOME: Elas na Política

>>>Proposta: Fazer uma temporada de podcast com dois episódios de, em média, trinta minutos em formato de mesa redonda com pessoas que tenham vivência na cobertura e em casos de violência política de gênero. O intuito principal é entrevistar, informar e promover o debate. A ideia é conseguir entrevistar parlamentares ou mulheres que atuam na política que já tenham sofrido ou presenciado esse tipo de violência, assim como jornalistas que trabalham na cobertura política e também advogadas que possam explicar sobre os mecanismos que a justiça oferece e os avanços em leis que punem os crimes cometido contra mulheres no ambiente político. Uma abordagem sobre as experiências, abordagem jornalística e a parte jurídica a cerca do tema.

>>>Linguagem: A ideia é trazer uma linguagem leve e acessível, com o menor número de edição possível. O foco principal é dar leveza a essa conversa, introduzir o episódio com vinheta e tentar deixar o mais dinâmico possível.

APÊNDICE B - PRÉ-PAUTA

- **Episódio 1** - Violência política na pele e os avanços com a lei 14.192

O programa de abertura do podcast, onde a violência política de gênero será mostrada em relatos e experiências de quem já viveu isso na pele. Irei ouvir uma mulher com atuação política que já tenha vivido de perto todo o contexto que envolve as implicações e desafios de quem ocupa ou já ocupou espaços de poder. A partir dessas narrativas, também conversarei com uma profissional da área jurídica com atuação no direito eleitoral, para melhor entender os avanços obtidos com a Lei 14.192 e a atuação do poder judiciários nesses casos.

Convidadas: Sandra Marrocos (ex-vereadora e ex-presidente do PSB de João Pessoa, feminista) e Adriana Rodrigues (advogada eleitoral e ex-presidente da Comissão de direito eleitoral da OAB-PB)

- **Episódio 2** – Sob o olhar da imprensa

A imprensa carrega consigo um papel social determinante para as esferas públicas e privadas. A forma como são abordados assuntos delicados, pode transformar a ótica pela qual a sociedade os enxergam. Por isso a importância de ouvir jornalistas que trabalham na cobertura política, como eles/elas entendem as violências cometidas contra mulheres que exercem cargos públicos ou que ocupam espaços de poder como casas legislativas e/ou partidos. Entender qual entonação e tom são dados aos casos de violências políticas de gênero noticiados pela imprensa paraibana. O objetivo desse programa é refletir sobre o papel do jornalista enquanto agente de transformação, de apoio as causas sociais e respeito aos direitos constitucionais.

Convidados: Rejane Negreiros (Jornalista, sócia fundadora do blog Política por elas); Laerte Cerqueira (Colunista de política do jornal da Paraíba); Samira de Castro (Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ)

APÊNDICE C - SCRIPTS

SCRIPT - 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) CENTRO DE COMUNICAÇÃO,
TURISMO E ARTES (CCTA)**

JORNALISMO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

GRAVAÇÃO:

MARCAÇÃO: sugestão de horários (18h / 19h)

ENTREVISTADAS: Sandra Marrocos e Adriana Rodrigues

Gilmara Costa: - Olá, eu sou Gilmara Costa, tenho 29, sou paraibana, jornalista em formação e sou a criadora do Podcast “Elas na Política”./

VINHETA

- **Gilmara Costa:** É com grande alegria que iniciamos esse projeto que tem como objetivo principal conversar sobre a mulher na política. / Eu, já trabalho com a cobertura política nacional e estadual, tive a oportunidade de entrevistar parlamentares e candidatas, noticiei casos de violência política gênero, e isso foi o que me motivou a aprofundar um pouco mais o debate sobre a representatividade feminina e os desafios encontrados nos espaços políticos.//

- **Gilmara Costa:** Um dos principais problemas enfrentados por essas mulheres é a violência política de gênero, tema do nosso primeiro episódio.// É considerada violência política de gênero toda ação ou omissão manifestada de forma direta ou indireta, que causem danos ou sofrimento a uma ou mais mulheres com o propósito de dificultar o exercício dos seus direitos políticos, pelo simples fato de ser mulher./ Essa conduta acaba por intimidar as mulheres e dificultar a participação efetiva delas na política como um todo.//

- **Gilmara Costa:** Para se ter ideia o Relatório Mundial sobre Desigualdade de Gênero de 2020, compilado pelo Fórum Econômico Mundial, afirmou que “A falta de atribuição de poder político às mulheres é o quesito que mais atrapalha o desempenho global do Brasil”.//

- Para entender melhor os aspectos sociais, culturais e históricos que contribuem para o contexto da violência política de gênero, irei conversar agora com a ex-vereadora de João

Pessoa, Sandra Marrocos, que já ocupou cargos como o de presidente do PSB da capital e foi candidata nas eleições de 2022./ Vou pedir que você se apresente e fale um pouco da sua trajetória política aqui na Paraíba.//

Sandra Marrocos - a ex-vereadora de João Pessoa

- 1) Sandra, primeiro, como você entende a desigualdade de gênero na Política?
- 2) Você é ex-vereadora de João Pessoa, em algum momento da sua vida política, você chegou a ser vítima desse tipo de violência?
- 3) Na sua opinião, a violência política contra as mulheres é fruto da cultura de agressão, discriminação e preconceitos enraizados na nossa sociedade?
- 4) Você acredita que falta empenho dos partidos em combater a violência política praticada contra as mulheres?
- 5) Uma das formas em que a violência política de gênero se expressa, é na falta de recursos e financiamento para candidaturas femininas. Durante as vezes em que você foi candidata, chegou a passar por esse tipo de dificuldade?
- 6) A violência política de gênero pode ser encarada como um dos principais obstáculos que impedem uma maior participação da mulher na política?
- 7) Como você enxerga o papel da imprensa no combate a essa e outras violências cometidas contra nós mulheres?
- 8) Você foi candidata na eleição de 2022, que foi a primeira após a promulgação da Lei 14.192 que estabelece formas para prevenir, reprimir e combater a violência política de gênero. A lei garantiu o momento diferente para eleições? Foram sentidos os efeitos ou resultados dessa lei?

- **Gilmara Costa:**// O pleito realizado no ano de 2022 foi o primeiro após a promulgação da lei de nº 14.192 de agosto de 2021 de combate a violência política de gênero. A lei estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência contra a mulher no ambiente político,

assegurando o exercício das suas funções públicas e participação em debates eleitorais.//
Para entender os impactos da

legislação, resultados e aplicação da lei nas eleições do ano passado, iremos conversar com a advogada e vice-presidente da comissão de direito eleitoral da OAB/PB, Adriana Rodrigues.

Adriana Rodrigues (advogada eleitoral e ex-presidente da Comissão de direito eleitoral da OAB-PB)

- 1) Dra Adriana, é possível dizermos em que momento se intensificaram os debates e iniciativas em torno da violência política de gênero no Brasil e na Paraíba?
- 2) Você considera a lei 14.192 um avanço, por quê?
- 3) Como foi a aplicação dessa lei aqui na Paraíba durante o pleito do ano passado? Tivemos ocorrências?
- 4) A lei 14.192 é o bastante? O que mais pode ser feito para que esse tipo de violência deixe de ser presente na vida das mulheres candidatas ou das que exercem mandatos?
- 5) Nessa lei também estão incluídas as práticas ofensivas em ambientes digitais?
- 6) Já temos um balanço dos impactos da lei nas eleições do ano passado? Quais efeitos foram sentidos, principalmente aqui na Paraíba?
- 7) Sabendo que a violência política de gênero não se limita ao momento eleitoral, como fazer para denunciar? Os canais disponibilizados pelo MP durante esse período foram importantes? De que forma?
- 8) O estado da Paraíba registra casos de violência política contra mulheres com frequência?
- 9) Qual a sua visão da legislação brasileira no tocante a este tipo de violência? Ainda precisamos avançar?
- 10) Conta um pouco da atuação da OAB aqui do estado durante as eleições do ano passado?
- 11) Leis são importantes, mas você acredita que também precisamos partir para a conscientização? Educar as novas gerações é fundamental para que a luta contra a violência política de gênero seja realmente vencida?

ESPAÇO PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Gilmara Costa:** Estamos chegando ao fim deste primeiro episódio do Elas na Política, foi um prazer estar com vocês aqui, nossa conversa foi muito importante e produtiva.//

- **Gilmara Costa:** Eu sou Gilmara Costa, assino o roteiro e a narração desse episódio. A vinheta e edição de áudio é de Thiago Félix. O Elas na Política é um produto da minha conclusão de curso em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba, com orientação da professora doutora Sandra Raquew Azevedo./ Lembrando que você pode ouvir esse podcast no Spotify.//

TEASER DO PRÓXIMO EPISÓDIO

SCRIPT - 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) CENTRO DE COMUNICAÇÃO,
TURISMO E ARTES (CCTA)**

JORNALISMO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

GRAVAÇÃO:

MARCAÇÃO: sugestão de horários (18h / 19h)

ENTREVISTADAS: Rejane Negreiros, Laerte Cerqueira e Samira de Castro

Gilmara Costa: - Olá, eu sou Gilmara Costa, tenho 29, sou paraibana, jornalista em formação e sou a criadora do Podcast “Elas na Política”./

VINHETA

- **Gilmara Costa:**// A violência política contra as mulheres pode ocorrer em diferentes contextos e situações./ Identificá-la precisa ser uma tarefa tanto da sociedade, como da imprensa, que deve estar preparada para narrar os casos desse tipo de violência./ Presente, não apenas no período eleitoral, mas no dia a dia de mulheres politicamente engajadas, a violência política de gênero, assim como a violência doméstica, dispões de diferentes aspectos e formas de ser praticada.//

- Em geral, tais agressões assumem formas já conhecidas pelas mulheres que se adensam no campo político, como terem suas posições ignoradas, serem julgadas pela aparência, questionadas por sua vida privada, colocadas em posições de menor relevância, terem suas vozes e argumentos descredibilizados./ Além das agressões, a violência política também se expressa em dimensões econômica, moral e/ou simbólica que incidem sobre a atuação política das mulheres.//

- Inclusive, há quem se utilize dos meios de comunicação para humilhar, caluniar e difamar candidatas ou parlamentares./ Daí a importância de tornarmos os espaços jornalísticos locais que se somem ao combate e prevenção da violência de gênero./ O jornalismo, nesse caso, tem a obrigação de ser um dos mecanismos de resistência e defesa das mulheres./ Quem conversa conosco sobre o papel da imprensa no combate a violência política de gênero é a jornalista e sócia fundadora do blog Política por elas, Rejane Negreiros.//

- Rejane, seja bem-vinda/

Sugestões de perguntas: B

Rejane Negreiros - jornalista

- 1) Rejane, você acredita que a imprensa, em especial a paraibana, está preparada para narrar casos de violência política de gênero?
- 2) Mulheres vítima de violência política de gênero encontram segurança em espaços jornalísticos, até mesmo para contar suas versões?
- 3) Quando surge uma notícia de violência política contra mulheres, na forma como ela é “usada” pela imprensa, o gênero é levado em consideração?
- 4) Podemos considerar a cobertura política misógina e machista?
- 5) Entender como a violência contra mulher, seja ela doméstica ou política, se manifesta é uma tarefa do jornalista?

6) Sabemos que no contexto atual em que vivemos, o número de feminicídios que só aumenta, enquanto a participação feminina na política se torna cada vez menor, mesmo sendo nós mulheres a maioria do eleitorado brasileiro. Tendo em vista tudo isso, se torna cada vez mais urgente pautar debates em torno de temas como o da violência política de gênero?

- **Gilmara Costa:** Quem aqui nunca ouviu a frase “Política é para homens”, ou “Não há lugar para as mulheres na política”, elas são reflexo da cultura desagregadora, comum na nossa sociedade, que separa o lugar social do homem e da mulher, dando aos homens regalias e vantagens que às mulheres são tão caras e desafiadoras./ Por isso destacamos que a luta contra o machismo, sexismo, ou qualquer outra desigualdade que vitimiza mulheres, precisa ser entendida como uma tarefa também dos homens, já que a atenção deles a essa temática é essencial para que possamos obter resultados eficientes./ A gente conversa agora com o jornalista e colunista político, Laerte Cerqueira, que vai falar um pouco mais sobre o papel dos homens na luta contra a violência política de gênero e esse olhar masculino na imprensa.//

Laerte Cerqueira – jornalista e colunista político

- 1) Laerte, você acredita que homens e mulheres precisam estar juntos no combate a toda e qualquer violência, principalmente aquelas que tornam vítimas as mulheres?
- 2) Se tratando da cobertura política, onde você tem muita experiência, como você observa a abordagem dada aos casos de violência política de gênero, principalmente aqueles narrados por colegas jornalistas?
- 3) Na sua opinião é preciso que o jornalista esteja atento a elementos como gênero e raça na hora de noticiar determinados fatos?
- 4) Até que ponto a imprensa é responsável pela formação social em relação a temas como o da violência política de gênero?
- 5) Podemos considerar a cobertura política misógina e machista?

6) Você acredita que abordagens como essas foram negligenciadas pela imprensa?

7) É possível mudarmos esse cenário? Como?

- **Gilmara Costa:** Preparar os jornalistas para lidarem com temas como o da violência contra as mulheres, só será possível, se repensarmos a formação desses profissionais./ E esta não é uma responsabilidade exclusiva das universidades, mas acaba se tornando também uma tarefa dos sindicatos, dos coletivos da categoria./ É preciso que o debate se torne uma preocupação, que desperte o interesse e busca pelo conhecimento, para que dessa forma, seja obtido um entendimento e consciência que possa atingir diretamente a cobertura jornalística, impedindo que casos desta natureza sejam silenciados pela mídia.//

- Dados da pesquisa realizada pelo Observatório da Imprensa com deputadas e senadoras, em 2021, no Brasil, revelou que 80,8% das entrevistadas já sofreram algum tipo de ataque que prejudicou sua atuação parlamentar./ O levantamento mostrou ainda que a mídia foi mencionada por 45,2% das entrevistadas ao apontarem os ambientes em que mais vivenciaram essas agressões./ Para entendermos um pouco mais sobre a atuação do trabalho jornalístico na reprodução da violência política e o que vem sendo feito para romper com esse fenômeno, conversei agora com a Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Samira de Castro.//

Samira de Castro (Presidente da FENAJ)

- 1) Samira, como a Fenaj observa a violência política de gênero e o que a federação tem feito para viabilizar o debate acerca do assunto entre os jornalistas?
- 2) Sobre a pesquisa que eu citei no início, Samira, podemos realmente afirmar que temos uma imprensa que reproduz a violência política de gênero?
- 3) Como romper com esse fenômeno? Como podemos despertar o entendimento e melhor a cobertura sobre esses casos?
- 4) O Conselho Nacional de Justiça trouxe um balanço também assustador. De acordo com o órgão, até novembro do ano passado, o Brasil registrou sete casos de violência

política de gênero a cada 30 dias. Qual o papel que nós, mulheres jornalistas, assumimos diante desses dados e como podemos encara-los?

- 5) A violência política de gênero pode se estender a nós, mulheres jornalistas?
- 6) Torna-se, então, tarefa fundamental da imprensa sensibilizar e informar a sociedade sobre os variados cenários da violência de gênero contra meninas e mulheres?

Gilmara Costa: Diante de tudo que ouvimos neste episódio, é interessante acrescentar que a imprensa em particular, tem uma excelente oportunidade para ampliar a visibilidade em torno deste debate e assim contribuir para o melhor entendimento sobre a violência política de gênero./ Reafirmamos aqui que é nosso dever, enquanto profissionais da área da comunicação, rompermos com a percepção, muitas vezes partilhada pelas próprias mulheres, de que a mídia ainda atua como esfera reprodutora da violência cometida contra elas na política.//

ESPAÇO PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Gilmara Costa:** Estamos chegando ao fim do segundo episódio do Elas na Política, finalizando essa série sobre violência política de gênero./ Foi muito bom poder ter aprofundado a análise e reflexão a cerca do tema.//

- **Gilmara Costa:** Eu sou Gilmara Costa, assino o roteiro e a narração desse último episódio. A vinheta e edição de áudio é de Thiago Félix. O Elas na Política é um produto da minha conclusão de curso em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba, com orientação da professora doutora Sandra Raquew Azevedo./ Lembrando que você pode ouvir esse podcast no Spotify.//